

## Questão 1

A proposta teórica, ideológica ou metodológica de superação da antinomia entre o jusnaturalismo e o juspositivismo de que trata Alfonso García Figuera é denominada

---

### Resposta:

- A Garantismo constitucional.
- B Transconstitucionalismo.
- C Novo constitucionalismo latino-americano.
- D Neoconstitucionalismo.
- E Pós-positivismo.

## Questão 2

O processo de releitura das normas legais que hajam sido recepcionadas por nova Constituição Federal com o desiderato de atualizá-las a partir da constatação de que o novo ordenamento jurídico, em regra, consubstancia valores e princípios diversos do anterior, consiste em

---

### Resposta:

- A Mutaç o constitucional.
- B Desconstitucionaliza o.
- C Interpreta o conforme a Constitui o.
- D Repristina o.
- E Filtragem constitucional.

### Questão 3

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental, **não** é correto afirmar que

---

#### Resposta:

- A** é admissível a ADPF para impugnação de lei ou ato normativo municipal.
- B** não é admissível a ADPF para impugnação de lei ou ato normativo federal, hipótese em que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito.
- C** é admissível a ADPF para impugnação de omissão inconstitucional.
- D** não é admissível a ADPF para impugnação de lei ou ato normativo estadual, hipótese em que a arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser convertida em ação direta de inconstitucionalidade.
- E** é admissível a ADPF para impugnação de lei ou ato normativo anterior à Constituição.

## Questão 4

A Comissão Parlamentar de Inquérito **não** dispõe da possibilidade de

---

### Resposta:

- A** quebrar sigilo bancário.
- B** ouvir indiciados e testemunhas.
- C** conceder medidas cautelares.
- D** requisitar informações e documentos.
- E** quebrar sigilo fiscal.

## Questão 5

Em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em torno do mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta.

---

### Resposta:

- A** O mandado de segurança não substitui a ação popular.
- B** Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- C** Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- D** Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- E** O mandado de segurança não substitui a ação de cobrança.

## Questão 6

**Não** se inclui entre as medidas coercitivas do estado de defesa, enquanto mecanismo de defesa do Estado e das instituições democráticas,

---

### Resposta:

- A** restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
- B** ocupação e uso temporário de bens públicos.
- C** obrigação de permanência em localidade determinada.
- D** ocupação e uso temporário de serviços públicos.
- E** restrição ao direito de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

## Questão 7

Considere as afirmações a seguir:

A – A legislação civil admite a realização de transação na forma verbal.

B – A transação que tenha como objeto direitos contestados em juízo pode ser realizada mediante escrito particular.

C – Na transação, ocorrendo a evicção, o evicto não poderá reviver a obrigação extinta, possuindo apenas o direito de pleitear perdas e danos.

D – A transação, uma vez realizada, quanto aos seus efeitos, atinge o terceiro não interessado.

E – Na transação, é admitida a inserção de cláusula penal.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

---

### Resposta:

- A as alternativas A e D estão corretas.
- B as alternativas B, C e E estão corretas.
- C as alternativas C e E estão corretas.
- D as alternativas B e C estão corretas.
- E nenhuma das alternativas está correta.

## Questão 8

Considere as afirmações a seguir:

A – A coisa desapropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, que não tiver o destino para que se desapropriou deverá ser obrigatoriamente readquirida pelo expropriado.

B – A coisa desapropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, que for utilizada em obras ou serviços públicos, mesmo que diverso do destino para que se desapropriou, deverá ser readquirida pelo expropriado.

C – A coisa desapropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, que for utilizada em obras ou serviços públicos, mesmo que diverso do destino para que se desapropriou, poderá ser pleiteada pelo expropriado.

D – A coisa desapropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, que não tiver o destino para que se desapropriou, ou não tiver sido utilizada pelo expropriante em obras ou serviços públicos, gera para o expropriado o direito de preferência, que autoriza a reaquisição do bem pelo expropriado.

E – A coisa desapropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, que não tiver o destino para que se desapropriou, ou não tiver sido utilizada pelo expropriante em obras ou serviços públicos, gera para o expropriado o direito de mera indenização, segundo orientação do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

---

### Resposta:

- A** a alternativa A está correta.
- B** a alternativa B está correta.
- C** a alternativa C está correta.
- D** a alternativa D está correta.
- E** a alternativa E está correta.



## Questão 9

Assinale a alternativa **incorreta**.

---

### Resposta:

- A** O terceiro, não interessado, pode pagar a dívida do devedor em seu próprio nome, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- B** O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- C** Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, ainda que o solvente não tivesse direito de alineá-la.
- D** O pagamento feito por terceiro com desconhecimento ou oposição do devedor não obriga a reembolsar aquele que pagou se o devedor tinha meios de ilidir a ação.
- E** O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

## Questão 10

Considere as afirmações a seguir:

A – Considera-se ofensiva da liberdade pessoal a decretação de prisão preventiva por queixa ou denúncia fundada em fortes indícios da prática do fato.

B – No caso de homicídio, a indenização consiste, excluindo-se outras reparações, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, com o seu funeral e com o luto da família.

C – A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

D – Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou que diminua a sua capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou ou da depreciação que ele sofreu.

E – Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a metade do valor devido pelo autor do dano, caso a culpa tivesse sido exclusiva deste.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

---

### Resposta:

- A as alternativas C e D estão corretas.
- B as alternativas B, C e E estão corretas.
- C as alternativas B e E estão corretas.
- D as alternativas B, C e D estão corretas.
- E nenhuma das alternativas está correta.

## Questão 11

São bens móveis, por definição da lei,

A – os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

B – os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, mesmo que seja alterada a sua substância.

C – as energias que tenham valor econômico.

D – os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

E – os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

---

### Resposta:

- A as alternativas C e A estão corretas.
- B as alternativas C e D estão corretas.
- C as alternativas B e E estão corretas.
- D as alternativas A, B, C e D estão corretas.
- E nenhuma das alternativas está correta.

## Questão 12

Considere as afirmações a seguir:

A – A promessa de recompensa, para vincular o promitente, depende do consentimento da outra parte.

B – Antes de prestado o serviço ou preenchida a condição, pode o promitente revogar a promessa, contanto que o faça com a mesma publicidade, mesmo que tenha estipulado prazo para execução da tarefa.

C – Aquele que, sem autorização do interessado, intervém na gestão do negócio alheio, dirige-lo-á segundo o interesse e a vontade presumível de seu dono, ficando responsável a este e às pessoas com quem tratar.

D – Àquele que voluntariamente pagou o indevido incumbe a prova de tê-lo feito por erro.

E – A restituição é indevida não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

---

### Resposta:

- A as alternativas C e D estão corretas.
- B as alternativas C e E estão corretas.
- C as alternativas B e E estão corretas.
- D as alternativas A, B, C e D estão corretas.
- E nenhuma das alternativas está correta.

## Questão 13

Proposta execução por título extrajudicial, citado o réu e cedido o crédito, é correto afirmar que

---

### Resposta:

- A** o cessionário não pode substituir o cedente/exequente em qualquer circunstância.
- B** o cessionário pode substituir o cedente se com isso concordar o devedor.
- C** recusada pelo devedor a substituição do credor pelo cessionário, este pode apenas ingressar como assistente litisconsorcial do exequente.
- D** mesmo comunicada a cessão nos autos, continua o exequente original legitimado à celebração da transação com o devedor.
- E** a substituição do cedente pelo cessionário independe de autorização ou consentimento do autor.

## Questão 14

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** O Ministério Público tem legitimidade, em qualquer situação, para a propositura de ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente.
- B** O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ações de alimentos em favor de menor apenas quando este se encontrar nas situações de risco descritas no artigo 98 do ECA.
- C** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação de alimentos em favor do menor apenas quando o guardião deste assim a requerer, nas hipóteses de inexistência de Defensoria Pública na comarca.
- D** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação de alimentos em favor de menor quando evidenciada a inércia do guardião da criança ou adolescente.
- E** O Ministério Público pode propor ação de alimentos exclusivamente em favor das crianças, mas não dos adolescentes, estejam elas ou não nas situações de risco descritas no artigo 98 do ECA.

## Questão 15

Em ação de busca e apreensão do Decreto-Lei nº 911/1969, ofereceu o réu, antes do cumprimento da liminar, contestação, em que arguia excesso da dívida cobrada pela presença de juros capitalizados nas parcelas do contrato, e requeria a suspensão da ordem de apreensão do veículo. Qual seria a atitude correta a ser tomada pelo juiz?

---

### Resposta:

- A** Aguardar o cumprimento da liminar, para só então analisar a contestação e a procedência do argumento.
- B** Suspender o cumprimento da liminar e remeter os autos ao contador para examinar a tese da defesa.
- C** Examinar o contrato e suspender a liminar se a tese se mostrar plausível.
- D** Deferir ao autor, em réplica, e enquanto se aguarda o cumprimento da liminar, o direito de se manifestar sobre o argumento.
- E** Apreciar a contestação e suspender a liminar, desde que prestada caução pelo devedor.

## Questão 16

Tendo um cidadão residente em Angra dos Reis proposto ação popular por dano ambiental contra o Estado do Rio de Janeiro e sociedade situada em Campos dos Goytacazes, a competência territorial para o julgamento da ação é

---

### Resposta:

- A** da Comarca da Capital.
- B** da Comarca de Angra dos Reis.
- C** da Comarca de Campos dos Goytacazes.
- D** das Comarcas da Capital, Angra ou Campos, a critério do autor.
- E** da comarca do local em que ocorreu o dano.



## Questão 17

Assinale a alternativa **incorreta**.

Em ação de exibição de documentos,

---

### Resposta:

- A** pode o juiz, no regime do CPC de 2015, fixar astreintes para compelir o réu a apresentar os documentos exigidos pelo autor, desde que provável a existência da relação jurídica entre as partes e o documento.
- B** não há interesse de agir sem a prova de prévio requerimento administrativo de entrega do documento.
- C** não há interesse de agir se o autor se recusou a pagar os custos da apresentação do documento na esfera administrativa.
- D** cabe agravo de instrumento contra a decisão que indefere o pedido de antecipação de tutela para a apresentação imediata do documento.
- E** era válida, no regime do CPC de 73, a decisão que concedia astreintes para obrigar o réu a exibir os documentos.

## Questão 18

Contra acórdão dos tribunais de justiça que apreciou e deferiu o pedido de antecipação de tutela,

---

### Resposta:

- A** cabe recurso especial, dotado de efeito suspensivo.
- B** cabe recurso especial, desprovido de efeito suspensivo.
- C** cabe recurso especial ao qual pode ou não ser dado efeito suspensivo.
- D** não cabe, em regra, a interposição de recurso especial.
- E** cabe recurso especial, que ficará retido no tribunal no aguardo de eventual recurso interposto contra a sentença de mérito.

## Questão 19

Incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto, ainda que no contexto de relação de consumo?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Sim, salvo se o débito for contraído em relação de consumo.
- B** Em todas as situações, incumbe ao credor o cancelamento da restrição de crédito.
- C** Legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto.
- D** Incumbe ao devedor providenciar o cancelamento do protesto após o pagamento da dívida, mesmo que tenha pactuado por escrito com o credor que essa obrigação seria dele.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

## Questão 20

É correto afirmar que créditos provenientes de despesas condominiais possuem natureza extraconcursal, razão pela qual não se sujeitam à habilitação de crédito?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Sim, desde que referentes à sede da recuperanda.
- B** Sim, por serem essenciais à manutenção do ativo.
- C** Sim, desde que limitados a três meses.
- D** Não, em nenhum caso.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

## Questão 21

O cômputo do período de dois anos de exercício da atividade econômica, para fins de recuperação judicial, aplicável ao produtor rural, inclui aquele anterior ao registro do empreendedor?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Não, o prazo de exercício de atividade econômica conta do registro em qualquer situação.
- B** O produtor rural não pode utilizar o instituto da recuperação judicial.
- C** Sim, pois a inscrição, por ser meramente opcional, não se destina a conferir ao empresário rural o *status* de regularidade.
- D** Sim, desde que ele seja de médio ou grande porte.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

## Questão 22

É possível a interrupção do prazo prescricional em razão do ajuizamento de ação declaratória de inexigibilidade dos débitos pelo devedor quando já tiver havido anterior interrupção do prazo prescricional pelo protesto das duplicatas?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Não, pois o posterior ajuizamento da ação declaratória de inexigibilidade de débitos, ainda que indiscutivelmente seja causa interruptiva da prescrição, não tem o condão de promover nova interrupção do prazo prescricional, uma vez que este já se interrompe com o protesto das duplicatas.
- B** Não, pois o prazo prescricional da duplicata não tem previsão legal de interrupção.
- C** Não, porque nesses casos o direito de ação é imprescritível.
- D** Sim, haja vista que o ajuizamento de ação é sempre causa interruptiva de prescrição.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

## Questão 23

É possível o protesto de cheques endossados após o prazo de apresentação?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** O protesto de cheques endossados após o prazo de apresentação é regular e consiste em medida adequada preparatória para propositura de ação de execução ou de cobrança.
- B** O protesto de cheques endossados após o prazo de apresentação é lícito, embora não possam ser cobrados encargos da dívida até o protesto.
- C** O protesto de cheques endossados após o prazo de apresentação é regular e tem previsão legal.
- D** O protesto de cheques endossados após o prazo de apresentação é irregular.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.

## Questão 24

Associações civis sem fins lucrativos com finalidade e atividade econômicas detêm legitimidade para requerer recuperação judicial?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Sim, se fundamentada na relevância do papel social desempenhado, na teoria do fato consumado e nos princípios da segurança jurídica e da estabilidade das relações.
- B** Sim, desde que seja uma associação simulada e na verdade opere como empresa.
- C** Não, pois não há previsão legal.
- D** Não, visto que o procedimento se destina à preservação do lucro dos credores, não se justificando quando não há fins lucrativos.
- E** Nenhuma das respostas anteriores.



## Questão 25

Após subtraírem quatro bois mediante grave ameaça contra funcionários da Fazenda Pantanal, CAIO, TÍCIO e MÉVIO foram presos em flagrante delito no matadouro clandestino, onde os animais foram abatidos para posterior comercialização da carne. O abate foi realizado por funcionários da própria fazenda, também mediante grave ameaça, exercida com fuzis de uso privativo das forças armadas.

Toda a mercadoria foi apreendida e periciada, sendo considerada imprópria para o consumo tendo em vista as péssimas condições de higiene do local de abate.

A autoridade policial, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, deu nota de culpa aos presos como incurso nas penas dos artigos 157, §§ 2º, II, e 2º-B, e 163, parágrafo único, I, na forma do art. 69, todos do Código Penal Brasileiro.

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Agiu corretamente a autoridade policial, porque, após a consumação do roubo, seu produto se deteriorou tanto para o proprietário quanto para os roubadores, que deverão responder pelo roubo e pelo dano, em concurso material.
- B** Não agiu corretamente a autoridade policial, porque a hipótese seria de concurso formal imperfeito, e não de concurso material.
- C** Não agiu corretamente a autoridade policial, porque o dano qualificado não foi abrangido pela antecipação biocibernética do resultado.
- D** Não agiu corretamente a autoridade policial, porque o perecimento dos animais constitui exaurimento do abigeato – roubo do gado –, sendo o dano um pós-fato impunível.
- E** Agiu corretamente a autoridade policial, porque o dano qualificado não estava na linha de desdobramento naturalístico do roubo agravado.

## Questão 26

BERTOLEZA, presidente de Tribunal de Contas estadual, está sendo processada perante o Superior Tribunal de Justiça porque emitiu uma declaração para beneficiar seu amigo JOÃO ROMÃO, prefeito de município interiorano, afirmando falsamente que ele havia ingressado com um recurso no Tribunal de Contas que ela preside, ao qual teria sido atribuído o efeito de suspender o julgamento das contas do prefeito pela Câmara Municipal. JOÃO ROMÃO, de posse do documento assinado por BERTOLEZA, obteve junto à Câmara Municipal o sobrestamento do processo de prestação de contas, que estava pronto para julgamento, com indicativo de rejeição das contas. O objetivo de JOÃO ROMÃO era evitar que sua candidatura à reeleição fosse indeferida com fundamento na Lei da Ficha Limpa, e BERTOLEZA agiu no sentido de ajudar o amigo que com ela convivera no cortiço onde nasceram. O registro de candidatura de JOÃO ROMÃO foi deferido, mas ele foi derrotado nas urnas.

Analise os itens a seguir.

I – João Romão deve ser responsabilizado pelo uso de documento público ideologicamente falso (art. 304 c/c 299, parágrafo único, do CP) e Bertoleza, por falsidade ideológica de documento público e prevaricação, em concurso material (art. 299, parágrafo único, c/c 319 c/c 69 do Código Penal Brasileiro).

II – Bertoleza somente perderá o cargo de membro do Tribunal de Contas estadual se for condenada a uma pena superior a quatro anos.

III – Não se aplica, em regra, o princípio da insignificância da lesão ao bem jurídico tutelado nos crimes contra a fé pública.

IV – Os tipos penais realizados, qualquer que seja a quantidade de pena privativa de liberdade aplicada, não admitem a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

V – A especial finalidade da conduta de Bertoleza, consistente em ajudar o amigo de infância, realiza elementar do tipo penal da prevaricação.

Considerando esses itens, assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A Somente o item V está correta.
- B Os itens II, III e IV estão corretas.
- C Somente a afirmação II está correta.
- D As afirmações I, III e V estão corretas.
- E Somente a afirmação I está correta.

## Questão 27

Mary May foi condenada pelos crimes dos artigos 33 e 35 da Lei de Drogas. Com fundamento no art. 112, § 3º, da LEP, introduzido pela Lei nº 13.769/18, ela pleiteou a progressão de regime especial para gestante ou mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente; tenha cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior; seja primária e tenha bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento; e não tenha integrado organização criminosa. Sustentou que o conceito de organização criminosa deve ser aquele constante da Lei nº 12.850, de 2013, e não o de associação para o tráfico de drogas, contido no tipo penal do artigo 35 da Lei nº 11.343/06, pelo qual foi condenada. Tendo preenchido os demais requisitos exigidos, busca a progressão de regime.

O requerimento, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal,

---

### Resposta:

- A** deve ser deferido, porque realmente o conceito de organização criminosa é mais amplo do que o tipo penal definido no artigo 35 da Lei de Drogas e, como se nota da leitura do art. 112, § 3º, V da LEP, a lei somente veda a concessão de progressão especial à apenada que tenha integrado organização criminosa, não abrangendo a associação criminosa (art. 288 do CP) ou a associação para o tráfico (art. 35 da Lei nº 11.343/2006).
- B** deve ser deferido, porque a progressão de regime pleiteada tem natureza humanitária, sendo irrelevante o preenchimento de todos os requisitos legais.
- C** deve ser indeferido, porque o conceito de organização criminosa não está atrelado a apenas um dispositivo legal, tendo como traço característico uniforme a reunião de pessoas com a intenção de estabilidade para a prática de crimes, e tal característica está presente no crime de associação para o tráfico de drogas.
- D** deve ser indeferido, porque o tráfico de drogas não admite progressão de regime prisional.
- E** deve ser indeferido, porque as normas que regulam a execução penal não podem retroagir para beneficiar condenado por crime praticado antes de sua vigência.

## Questão 28

Crézio, médico e presidente de partido político, apresentou ao Tribunal Regional Eleitoral de seu estado prestação de contas do partido político relativa ao último exercício financeiro. A assessoria de contas do Tribunal devolveu o documento ao partido, indicando itens que deveriam ser retificados no livro Diário da grei. Em vez de simplesmente retificar o livro já preenchido, o contador do partido elaborou novo livro para atender as exigências do Tribunal Regional Eleitoral, e CRÉZIO, na qualidade de presidente do partido, assinou o novo livro, que foi apresentado ao Tribunal. O Ministério Público denunciou CRÉZIO, entendendo configurado o crime do artigo 350 da Lei nº 4.737/65 – Código Eleitoral: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais: Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular”.

A imputação

---

### Resposta:

- A** está correta, porque o livro Diário deveria ser retificado, e não ser elaborado novo livro ignorando os itens anteriormente apontados como equivocados.
- B** deve ser rejeitada, porque ausente a potencial consciência sobre a ilicitude da conduta, uma vez que CRÉZIO foi orientado pelo contador do partido a assinar o novo livro Diário, estando amparado pelo erro de proibição invencível.
- C** está correta, porque o tipo penal contém o especial fim de agir “para fins eleitorais”, e o autor da conduta sabia que o livro Diário seria apresentado ao Tribunal Eleitoral.
- D** está correta, porque CRÉZIO agiu com culpa inconsciente ao violar seu dever objetivo de cuidado de melhor se informar sobre as normas que regem a prestação de contas dos partidos políticos perante a Justiça Eleitoral.
- E** deve ser rejeitada, porque a conduta foi realizada com erro sobre elementar do tipo penal, uma vez que CRÉZIO não sabia que o livro Diário seria um documento.

## Questão 29

Em relação às teorias do tipo penal, estão corretas as seguintes afirmações, exceto:

---

### Resposta:

- A** A teoria constitucionalista afirma que o tipo penal se divide em três segmentos: tipicidade formal, tipicidade material normativa e tipicidade subjetiva (presente nos crimes dolosos, caracterizada pelo dolo e outros requisitos subjetivos especiais do tipo).
- B** A teoria dos elementos negativos do tipo penal afirma que ele é composto de elementos positivos (expressos), aos quais se somam elementos negativos (implícitos), quais sejam, causas excludentes de ilicitude. Para que o comportamento do agente seja típico, não basta realizar os elementos positivos expressos no tipo; não pode configurar qualquer dos elementos negativos.
- C** A teoria do tipo conglobante afirma que a tipicidade penal é composta da antinormatividade e da tipicidade material.
- D** A teoria do tipo total de injusto afirma que o tipo deve ser entendido juntamente com a ilicitude da conduta. Essa teoria entende que há uma fusão do tipo com a ilicitude.
- E** A teoria do tipo na concepção finalista do Direito Penal afirma que a conduta humana somente estará sujeita à sanção penal se for realizado o especial fim de agir.

### Questão 30

O namoro entre duas jovens terminou após dois anos de intenso relacionamento. Apesar de não residirem no mesmo imóvel, pernoitavam alternadamente no apartamento de uma e de outra. Uma delas, inconformada com o término do relacionamento, invadiu o apartamento da ex-namorada, cujo aluguel ela pagava porque a vítima estava desempregada, destruiu vários objetos e, com tinta vermelha, escreveu na parede da sala que a mataria na primeira oportunidade. Também foi à imobiliária e rescindiu o contrato de locação.

Assustada, a vítima ingressou com um pedido de medida protetiva junto ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com fundamento no artigo 22 da Lei nº 11.340, de 2006, postulando, em razão da vulnerabilidade, alimentos e proibição de aproximação. Pergunta-se: as medidas protetivas podem ser deferidas?

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Não, porque não houve qualquer ato de violência física contra a pessoa.
- B** Sim, ambas as medidas podem ser deferidas, porque a vítima é mulher, houve grave ameaça e dano patrimonial, existiu uma relação íntima de afeto entre a autora do fato e a vítima vulnerável que necessita dos alimentos, sendo irrelevante a existência de coabitação.
- C** Não, porque a Lei Maria da Penha não pode ser aplicada nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher em que a autora do fato também seja mulher, uma vez que a Lei expressamente se refere ao agressor.
- D** Sim, porque as relações homoafetivas estão no âmbito da proteção normativa da Lei nº 11.340/2006, sendo irrelevante que a vítima seja mulher ou se declare mulher.
- E** Sim, exceto os alimentos, porque o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não é competente para decidir sobre sua fixação.

## Questão 31

Assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** Uma vez oferecida a denúncia por crime praticado em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a representação da ofendida é irretratável.
- B** Em sendo o Ministério Público o titular do *ius accusationis*, não pode a vítima se insurgir contra o pedido de arquivamento do inquérito policial formulado pelo Parquet.
- C** É cabível, em tese, o acordo de não persecução penal nos crimes de importação de cosmético de procedência ignorada, na modalidade tentada (artigo 273 e §§, do Código Penal).
- D** O Magistrado pode adequar as cláusulas do acordo de não persecução penal a fim de ajustá-lo aos requisitos legais.
- E** A representação do ofendido deve ser oferecida pessoalmente, mediante escritura pública lavrada em Cartório.

## Questão 32

Wellington José foi pronunciado e submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri como incurso no artigo 121, parágrafo 2º, incisos IV e V, do Código Penal; e ainda 33, *caput*, e 35, ambos da Lei nº 11.343/06, n/f do artigo 69 do Código Penal. Encerrados os debates e formulados os quesitos pertinentes, o Conselho de Sentença julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal, condenando o réu somente pelo crime de homicídio simples. A pena foi fixada em patamar acima do mínimo legal diante dos maus antecedentes criminais do acusado, alcançando 08 anos de reclusão. Inconformadas, ambas as partes apelaram. O Ministério Público sustentou que a decisão do Conselho era manifestamente contrária à prova dos autos porque: *i)* a vítima foi atacada pelas costas; *ii)* a vítima estava prestes a delatar o réu pelo seu envolvimento com o tráfico de drogas local; *iii)* o réu, quando preso em flagrante delito, estava na posse de 600 sacolés de cocaína, evidentemente destinados à venda ilícita; *iv)* os objetos apreendidos em poder do réu no momento de sua prisão, quais sejam, caderno contendo a contabilidade do tráfico e rádio transmissor, revelam sua associação aos demais traficantes da região. Já a defesa sustentou no seu recurso que não havia provas suficientes para a condenação, pois os depoimentos dos policiais que presenciaram o crime não seriam suficientes ao juízo de censura e que o distanciamento da pena-base do seu mínimo legal tampouco encontraria respaldo legal, na medida em que configuraria afronta ao princípio do *non bis in idem*. Pergunta-se: O Tribunal, ao julgar os recursos, reconhecendo a presença de provas suficientes acerca da existência do homicídio e respectiva autoria na pessoa do réu, como também que a decisão absolutória dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, assim como a exclusão das qualificadoras referentes ao crime contra a vida, deverá

---

### Resposta:

- A** anular integralmente a sentença e submeter o réu a novo julgamento.
- B** anular o julgamento do crime contra a vida e condenar o réu pelos delitos de tráfico e associação para o tráfico, fixando as penas destes dois crimes.
- C** condenar o réu pelos delitos de tráfico e associação para o tráfico, fixando suas penas, assim como ajustar a pena do crime de homicídio, a fim de computar o acréscimo decorrente das qualificadoras indevidamente excluídas no primeiro grau.
- D** anular a parte absolutória da sentença de primeiro grau, como também a parte em que afastadas as qualificadoras do homicídio, remetendo somente essas questões a novo julgamento, julgando prejudicado o pedido defensivo relativo à dosimetria.
- E** manter a condenação pelo homicídio, reconhecer a presença das qualificadoras, condenar pelos crimes da Lei de Drogas, e remeter os autos ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri para nova dosimetria.



### Questão 33

José de Carvalho foi denunciado pela prática do delito previsto no artigo 302 da Lei nº 9.503/97. Citado pessoalmente e intimado, não compareceu à audiência de instrução e julgamento. Pergunta-se: como deverá o juiz proceder?

---

#### Resposta:

- A** Conduzi-lo obrigatoriamente à sua presença.
- B** Decretar a revelia do acusado e suspender o curso do processo e do prazo prescricional.
- C** Decretar a revelia do acusado, assim como a sua prisão preventiva.
- D** Decretar a revelia do acusado, nomear-lhe defensor dativo e dar início à instrução criminal.
- E** Decretar a revelia do acusado e presumir verdadeiros os fatos alegados na inicial.

## Questão 34

Qual a medida judicial cabível contra a decisão que motivadamente indefere ao apenado o benefício de visita periódica ao lar?

---

### Resposta:

- A** Apelação.
- B** Recurso de agravo.
- C** Correção parcial.
- D** Recurso em sentido estrito.
- E** Mandado de segurança.

## Questão 35

João Pêra Manca foi preso em flagrante por ter furtado 04 garrafas de vinho tinto francês do interior de um conhecido supermercado da zona sul desta cidade, totalizando, as mercadorias subtraídas, cerca de R\$ 1.200,00. Quando da lavratura do auto de prisão em flagrante, negou a imputação, alegando que tudo não passava de um flagrante forjado pelo gerente do estabelecimento comercial, por ciúmes de sua ex-mulher, atual namorada de João. Pergunta-se: em sendo João Pêra Manca réu primário e portador de bons antecedentes criminais, qual, dos benefícios a seguir, não poderia lhe ser concedido?

---

### Resposta:

- A** Suspensão condicional do processo.
- B** Liberdade provisória.
- C** Acordo de não persecução penal.
- D** Fiança.
- E** Medida cautelar de comparecimento periódico ao Juízo.

## Questão 36

Pedro José foi denunciado em 01/04/2019 como incurso no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do CP. O fato ocorreu em 01/03/2013. O réu, ao ser interrogado, negou a imputação, sendo que em razão do tempo decorrido nenhuma das testemunhas arroladas foi encontrada. O Ministério Público, em sede de alegações finais, requereu a condenação de Pedro, pautando a sua pretensão no depoimento prestado pelo coautor do delito, então inimputável, assistido pela Defensoria Pública e por sua mãe, quando da lavratura do auto de prisão em flagrante e apreensão de adolescente infrator, o qual, além de confessar o cometimento do ato análogo à infração penal, admitiu tê-lo praticado na companhia de Pedro José. O Juiz, ao proferir sentença, absolveu o réu sob o seguinte argumento:

---

### Resposta:

- A** trata-se de prova ilegítima, eis que colhida sem a observância das disposições processuais pertinentes.
- B** trata-se de prova cautelar, colhida longe do crivo do contraditório, portanto inválida.
- C** trata-se de prova ilícita.
- D** trata-se de prova emprestada, colhida longe do crivo do contraditório, portanto inválida.
- E** trata-se de mero elemento de informação, insuficiente a sustentar um decreto condenatório, por se tratar de depoimento colhido extrajudicialmente e isolado nos autos.

## Questão 37

O Código de Defesa do Consumidor se consubstancia em um importante mecanismo de defesa dos interesses e direitos dos consumidores nas relações de consumo.

Considerando as disposições da Lei nº 8.078/90, assinale a alternativa **incorreta**.

---

### Resposta:

- A** O princípio do protecionismo do consumidor estabelece que o CDC é uma norma cogente e de interesse público e concilia a proteção e defesa do consumidor com o desenvolvimento da ordem econômica e social.
- B** O reconhecimento da hipossuficiência do consumidor no mercado de consumo é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo adotados no CDC.
- C** A instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento é um dos instrumentos da execução da Política Nacional das Relações de Consumo.
- D** Também é princípio da Política Nacional das Relações de Consumo harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico.
- E** A prevenção e o tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor é um princípio que tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, além da proteção de seus interesses econômicos.

## Questão 38

A Lei nº 14.181, de 01 de julho de 2021, trouxe uma série de modificações ao Código de Defesa do Consumidor e estabeleceu parâmetros para a questão que envolve o superendividamento do consumidor, questão essa já bastante discutida na jurisprudência e na doutrina.

Dentre as opções a seguir, assinale a alternativa correta acerca das novas disposições inseridas no CDC pela nova legislação.

---

### Resposta:

- A** As dívidas de consumo mencionadas pela Lei nº 14.181/21 englobam todo e qualquer compromisso financeiro assumido pelo consumidor em decorrência da relação de consumo, compras a prazo e serviços de prestação continuada, excluídas as operações de crédito.
- B** É vedado ao fornecedor de produto ou serviço que envolva crédito realizar ou proceder à cobrança ou ao débito em conta de qualquer quantia que houver sido contestada pelo consumidor em compra realizada com cartão de crédito ou similar, enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia, desde que o consumidor haja notificado a administradora do cartão com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura.
- C** Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor de boa-fé, pessoa natural ou jurídica, saldar suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.
- D** As previsões do CDC em relação ao superendividamento também serão aplicadas ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, ou quando o consumidor celebrar contrato com o dolo de não realizar o pagamento da prestação avençada.
- E** A lei do superendividamento visou a proteger o consumidor que não tem a capacidade de saldar suas dívidas, independentemente do valor do produto ou serviço adquirido.

## Questão 39

Olívia adquiriu passagens aéreas para a cidade de Paris para uma viagem de férias com saída do Rio de Janeiro. Durante o trajeto inicial, não houve nenhum problema, de forma que o voo chegou ao destino no horário marcado e todos os pertences chegaram intactos à cidade de destino. Todavia, quando de sua volta ao Brasil, sua bagagem foi devolvida avariada, com sinais de violação e com diversos presentes que havia comprado subtraídos de sua mala.

Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

---

### Resposta:

- A** A companhia aérea deverá responder pela falha na prestação do serviço, restituindo o valor integral dos pertences subtraídos e da bagagem avariada, independentemente do valor total do dano material, em observância ao princípio da reparação integral.
- B** Olívia terá o prazo de 05 anos para ajuizar eventual ação indenizatória, na forma do art. 27 do CDC, para pleitear somente indenização por danos materiais.
- C** A responsabilidade civil da transportadora dependerá de configuração da culpa do preposto responsável pela retirada da bagagem da aeronave e colocação na esteira para retirada pela passageira.
- D** Olívia poderá pleitear indenização por danos morais em qualquer patamar que entender cabível, não ficando adstrito o julgador ao limite fixado em eventuais diplomas internacionais.
- E** Olívia poderá pleitear apenas indenização por danos materiais, tendo em vista que não se vislumbra dano moral em tais casos, de acordo com a jurisprudência.

## Questão 40

Em termos de oferta, publicidade e propaganda, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei nº 8.078/90.

---

### Resposta:

- A** Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Uma vez cessada a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por, no mínimo, 05 anos.
- B** É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, por comissão, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, das características, da qualidade, da quantidade, das propriedades, da origem, do preço e de quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- C** O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, não precisará manter em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem publicitária.
- D** Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá somente pleitear o cumprimento forçado da obrigação nos termos da oferta.
- E** Em matéria publicitária, o legislador trouxe uma inversão legal do ônus da prova da veracidade das informações da propaganda.



## Questão 41

Todas as frases a seguir mostram uma forma sublinhada, composta de não + verbo; substituindo essa forma por um só verbo, de sentido equivalente, a opção correta é:

---

### Resposta:

- A** A costureira não fez os laços na parte traseira do vestido / desfez.
- B** O atleta não prestou atenção e não amarrou os tênis / desamarrou.
- C** Diante do fato, o advogado não continuou a conversa / interrompeu.
- D** Em função dos raios, decidiram não ligar o aparelho / desligar.
- E** Chegaram tarde, mas não iluminaram a casa / apagaram.

## Questão 42

O verbo *fazer* é um dos mais usados em língua portuguesa, com sentidos bastante variados; a frase a seguir em que esse verbo foi substituído por outro de forma adequada é:

---

### Resposta:

- A** Cada vez que preencho um cargo, faço cem descontentes e um ingrato / produzo, gero.
- B** Quero fazer filmes com cunho social / compor.
- C** O público, são precisos quantos tolos para se fazer um público? / montar.
- D** Um bom livro faz cicatrizes / recorda.
- E** Tenho a doença de fazer livros e de ficar envergonhado quando os faço / começo, inicio.

## Questão 43

Todas as frases a seguir mostram um infinitivo que foi modificado para um substantivo correspondente (nominalização); a frase em que isso foi feito de forma inadequada é:

---

### Resposta:

- A** Apreciar os defeitos do próximo é ter talento? / A apreciação dos defeitos do próximo.
- B** Não adianta mencionar seu livro no meu programa. Nenhum de meus ouvintes sabe ler / a menção de seu livro.
- C** Um dia a massa irá comer do biscoito fino que fabrico / de minha fabricação.
- D** Trabalhar diariamente não gera riqueza / O trabalho diário.
- E** Os remédios ajudam a prevenir doenças / a previsão de doenças.

## Questão 44

A frase a seguir em que a vírgula foi empregada para evitar ambiguidade é

---

### Resposta:

- A** Quando um homem não observa a natureza, sempre crê poder melhorá-la.
- B** Deus fez o campo, e o homem fez a cidade.
- C** De idades em idades, apenas se troca de loucura.
- D** A idade não tem a menor importância, a não ser que você seja um queijo.
- E** Não podendo eliminar o resto da humanidade, suicidou-se.

## Questão 45

Todas as frases a seguir contêm locuções adjetivas sublinhadas, introduzidas pela preposição DE; a frase em que a substituição de uma dessas locuções por um adjetivo semanticamente equivalente se faz de forma adequada é:

---

### Resposta:

- A** O pavão de hoje é o espanador de amanhã / moderno.
- B** Sabei que o segredo das artes é corrigir a natureza / artesanal.
- C** A primeira lei da natureza é que tudo está relacionado com tudo / naturista.
- D** Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde / aurífera.
- E** O amanhecer é o momento do dia mais bonito, mas, quando ele chega, encontra a maioria das pessoas dormindo / diário.

## Questão 46

Um repórter foi obrigado por seu chefe a substituir palavras de longa extensão, em sua reportagem, por sinônimos mais curtos, para diminuir o espaço ocupado na página do jornal. A frase a seguir em que isso foi feito de forma adequada é:

---

### Resposta:

- A Notava-se certa animosidade entre os candidatos / antipatia.
- B Todas as provas são realizadas em grandes metrópoles / bairros.
- C A vida de um concursado é cheia de responsabilidades / horários.
- D Os resultados do concurso foram paulatinamente adiados / agora.
- E O candidato não se preparou adequadamente para as provas; consequentemente não foi aprovado / assim.

## Questão 47

Observe a seguinte frase: “Um homem trabalha na rua”.

Inserindo o vocábulo só em posições variadas nessa frase, as duas formas que mostram inequivocamente o mesmo sentido, são:

---

### Resposta:

- A** um homem só trabalha na rua / um só homem trabalha na rua.
- B** um só homem trabalha na rua / só um homem trabalha na rua.
- C** só um homem trabalha na rua / um homem trabalha só na rua.
- D** um homem trabalha só na rua / um homem trabalha na rua só.
- E** um homem trabalha na rua só / um homem só trabalha na rua.

## Questão 48

Observe o texto de uma pequena narrativa:

“Lelê foi à escola pela primeira vez. Quando voltou, a mãe perguntou:

– Lelê, meu filhinho, que foi que você aprendeu na escola?

– Que eu não sou o Lelê. Sou o Alexandre”.

Sabendo-se que uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos, o primeiro fato narrativo desse texto é:

---

### Resposta:

- A** Lelê foi à escola pela primeira vez.
- B** Quando voltou...
- C** ... a mãe perguntou.
- D** ... que foi que você aprendeu na escola?
- E** Que eu não sou o Lelê.



## Questão 49

Observe o seguinte fragmento narrativo:

“O Super Homem morreu e ressuscitou – como já era de se esperar – e,

bem vivo, decidiu procurar seu assassino”.

A intervenção do narrador (como já era de se esperar) mostra a seguinte função:

---

### Resposta:

- A** interpelação direta ao leitor.
- B** comentário sobre o processo de narração.
- C** identificação da pessoa do narrador.
- D** referência ao já conhecido.
- E** crítica a alguma ação dos personagens.

## Questão 50

Nas opções a seguir aparece uma premissa e uma conclusão; a opção em que essa ordem está trocada (conclusão + premissa) é:

---

### Resposta:

- A** Os rios estão enchendo / deve ter chovido toda a noite.
- B** Meu irmão comprou um carro novo / meu irmão está bem de vida.
- C** O governo elaborou um novo plano para combater a inflação / a inflação está preocupando o governo.
- D** Marcelo é mau motorista / Marcelo já bateu com o carro várias vezes este ano.
- E** Os concursos oferecem muitas vagas de emprego / os concursos devem ser continuamente realizados.